

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**Decreto n.º 29/2002**

de 5 de Setembro

Desejando desenvolver a cooperação entre ambos os países nos domínios da educação, da cultura, da ciência e da tecnologia, da juventude e do desporto;

Considerando que o intercâmbio e a cooperação nos domínios da educação, da cultura, da ciência e da tecnologia, da juventude e do desporto assim como noutros domínios contribuem para um melhor conhecimento entre o povo português e o povo letão;

Respeitando os princípios da Acta Final de Helsínquia, da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa e a Carta de Paris para Uma Nova Europa:

Assim:

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Letónia sobre Cooperação nos Domínios da Educação, da Cultura e da Ciência e da Tecnologia, assinado em Lisboa em 17 de Outubro de 2000, cujas cópias autenticadas nas línguas portuguesa, letã e inglesa constam em anexo ao presente diploma.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 18 de Julho de 2002. — *José Manuel Durão Barroso* — *António Manuel de Mendonça Martins da Cruz* — *António Jorge de Figueiredo Lopes* — *Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona* — *José David Gomes Justino* — *Pedro Lynce de Faria* — *Pedro Manuel da Cruz Roseta*.

Assinado em 16 de Agosto de 2002.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 21 de Agosto de 2002.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.**ACORDO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DA LETÓNIA SOBRE COOPERAÇÃO NOS DOMÍNIOS DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA.**

A República Portuguesa e a República da Letónia, daqui em diante referidas como Partes Contratantes:

Desejando desenvolver a cooperação entre ambos os países nos domínios da educação, da cultura, da ciência e da tecnologia, da juventude e do desporto;

Convencidas de que o intercâmbio e a cooperação nos domínios da educação, da cultura, da ciência e da tecnologia, da juventude e do desporto assim como noutros domínios contribui para um melhor conhecimento e compreensão entre o povo português e o povo letão;

Determinadas a respeitar os princípios da Acta Final de Helsínquia da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa concluída em 1 de Agosto de 1975 e a Carta de Paris para Uma Nova Europa adoptada em 21 de Novembro de 1990;

acordaram no seguinte:

Artigo 1.º

As Partes Contratantes, guiadas pelos princípios da igualdade e dos benefícios mútuos, encorajarão e facilitarão o intercâmbio e a cooperação entre os dois países nos domínios da educação, da cultura, da ciência e da tecnologia, da juventude e do desporto e proporcionarão oportunidades adequadas para contactos e actividades conjuntas entre organizações, instituições e pessoas daquelas áreas.

Artigo 2.º

As Partes Contratantes promoverão o desenvolvimento das relações entre ambos os países no domínio da educação:

- a) Encorajando e facilitando a cooperação directa, os contactos e o intercâmbio entre pessoas, instituições e organizações da área educacional em ambos os países, assim como o conhecimento mútuo dos sistemas de educação;
- b) Encorajando e facilitando a cooperação e o intercâmbio no domínio dos métodos de ensino, do desenvolvimento dos currículos e dos exames;
- c) Através da troca de informação e de documentação e também de materiais sobre metodologia pedagógica e educacional;
- d) Através do estudo das possibilidades de reconhecimento recíproco de certificados, qualificações, graus universitários e títulos académicos.

Artigo 3.º

As Partes Contratantes encorajarão a cooperação nos domínios da ciência e do desenvolvimento tecnológico e promoverão o estabelecimento de acordos directos sobre cooperação nas áreas da ciência, da tecnologia e da investigação entre as organizações e instituições adequadas de ambos os países.

Artigo 4.º

As Partes Contratantes atribuirão bolsas de estudo e promoverão outros instrumentos com vista a facilitar o estudo e a investigação.

Artigo 5.º

As Partes Contratantes encorajarão e facilitarão os contactos directos nos domínios da literatura, das artes visuais, das artes do espectáculo, das bibliotecas e arquivos, dos museus e de outras áreas culturais.

Artigo 6.º

As Partes Contratantes encorajarão a cooperação directa no campo do cinema, do audiovisual e multimédia entre instituições correspondentes dos dois países.

Esta cooperação incluirá, nomeadamente, a organização de semanas de cinema, intercâmbio de peritos e investigadores, formação e colaboração entre produtores multimédia.

Artigo 7.º

As Partes Contratantes encorajarão o intercâmbio de informação e de publicações entre instituições culturais dos dois países.

Artigo 8.º

As Partes Contratantes assegurarão a adopção de medidas destinadas à proibição e punição do tráfico ilegal de obras de arte, de documentos e de outros objectos de valor histórico ou arqueológico.

Artigo 9.º

As Partes Contratantes encorajarão a cooperação directa entre as organizações de comunicação social dos dois países, em particular aquelas que prosseguem missões de serviço público.

Artigo 10.º

As Partes Contratantes apoiarão e incentivarão a cooperação na área da juventude, nomeadamente através da troca de informação e documentação, com vista ao aprofundamento do conhecimento das realidades juvenis dos dois países.

Ambas as Partes encorajarão os contactos entre jovens e a cooperação directa entre as organizações juvenis dos dois países.

Artigo 11.º

As Partes Contratantes, através das respectivas organizações governamentais, promoverão a cooperação no domínio do desporto, tendo em vista a aprovação de programas de cooperação bilaterais.

Artigo 12.º

Nos termos das leis e regulamentos em vigor no seu território, cada Parte Contratante concederá à outra todas as facilidades razoáveis para a entrada, estadia e partida de pessoas e para a importação e subsequente reexportação do material e equipamento necessários ao cumprimento dos programas ou intercâmbios estabelecidos em conformidade com este Acordo.

Artigo 13.º

Sempre que for julgado necessário ou a pedido de qualquer das Partes, representantes das Partes Contratantes reunirão em comissão mista para analisar os desenvolvimentos relacionados com este Acordo.

Os representantes das Partes Contratantes acordarão quanto às regras de funcionamento da comissão mista.

Artigo 14.º

Este Acordo não poderá prejudicar de qualquer forma os direitos e obrigações resultantes de existentes ou futuros acordos bilaterais ou multilaterais e não produzirá efeitos sobre os direitos e obrigações das Partes derivados da participação em acordos ou tratados internacionais de que sejam ou possam vir a ser parte.

Artigo 15.º

Este Acordo entrará em vigor na data da última notificação do cumprimento dos procedimentos constitucionais de cada Parte.

Artigo 16.º

Este Acordo vigorará por um período de cinco anos. Será, depois disso, automaticamente renovado por períodos subsequentes de cinco anos, a menos que seja denunciado por escrito, através dos canais diplomáticos, por qualquer Parte, seis meses antes de expirar cada período.

Em caso de denúncia do presente Acordo, qualquer programa de intercâmbio, de entendimento ou projecto iniciado com base neste Acordo e ainda em curso permanecerá válido até à sua conclusão.

Cada Parte Contratante poderá requerer, por escrito, a emenda de todo ou de parte do presente Acordo. Qualquer emenda que tenha sido acordada pelas Partes Contratantes entrará em vigor em conformidade com o disposto no artigo 15.º do presente Acordo.

Em fé do que os abaixo assinados, tendo sido devidamente autorizados, assinaram este Acordo.

Feito em Lisboa no dia 17 de Outubro de 2000, em dois exemplares originais nas línguas portuguesa, letã e inglesa, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de diferente interpretação, prevalecerá o texto em língua inglesa.

Pela República Portuguesa:

Pela República da Letónia:

**PORTUGĀLES REPUBLIKAS UN LATVIJAS REPUBLIKAS LĪGUMS
PAR SADARBĪBU IZGLĪTĪBĀ, KULTŪRĀ ZINĀTNĒ UN TEHNOĻIJĀ**

Portugāles Republika un Latvijas Republika (turpmāk sauktas Līgumslēdzējas Puses):

Vēlēdamās attīstīt sadarbību starp abām valstīm izglītībā, kultūrā, zinātnē un tehnoloģijā, jaunatnes lietu un sporta jomā;

Būdamas pārliecinātas, ka apmaiņa un sadarbība izglītībā, kultūrā, zinātnē un tehnoloģijā, jaunatnes lietu un sporta jomā, kā arī citās jomās veicinās zināšanas un labāku savstarpējo sapratni starp Portugāles un Latvijas tautām;

Apņēmībā ievērot principus, kas ietverti 1975. gada 1. augustā noslēgtajā Eiropas Drošības un sadarbības apspriedes Helsinku noslēguma aktā un 1990. gada 21. novembrī pieņemtajā Parīzes Hartā Jaunajai Eiropai;

ir vienojušās par sekojošo:

1. pants

Līgumslēdzējas Puses uz vienlīdzības un savstarpēja izdevīguma pamata veicina un atvieglo apmaiņu un sadarbību starp abām valstīm izglītībā, kultūrā, zinātnē un tehnoloģijā, jaunatnes lietu un sporta jomā un nodro-

šina atbilstošas iespējas kontaktiem un kopīgiem pasākumiem starp organizācijām, institūcijām un personām, kas darbojas minētajās jomās.

2. pants

Līgumslēdzējas Puses veicina sakaru attīstību starp abām valstīm izglītībā:

- a) Sekmējot un atvieglojot tiešu sadarbību, kontaktus un apmaiņu starp abu valstu personām, institūcijām un organizācijām, kas darbojas izglītības jomā, kā arī zināšanas par abu valstu izglītības sistēmām;
- b) Ssekmējot un atvieglojot sadarbību un apmaiņu mācību metodikas, mācību programmu izstrādes un eksaminācijas jomā;
- c) Apmainoties ar informāciju un dokumentiem, kā arī ar mācību līdzekļiem un izglītības metodoloģijas materiāliem;
- d) Izpētīt iespējas abpusējai atestātu, kvalifikāciju, akadēmisko grādu un nosaukumu atzīšanai.

3. pants

Līgumslēdzējas Puses veicina sadarbību zinātnē un tehnoloģiju attīstības jomā un sekmē tiešu līgumu noslēgšanu par sadarbību zinātnē, tehnoloģijā un pētniecībā starp abu valstu āttiecīgām organizācijām un institūcijām.

4. pants

Līgumslēdzējas Puses piešķir stipendijas un nodrošina citus līdzekļus, lai atvieglotu studijas un pētniecību.

5. pants

Līgumslēdzējas Puses veicina un atvieglo tiešus kontaktus literatūras, vizuālās mākslas, izpildītājmākslas, bibliotēku un arhīvu, muzeju un citās kultūras jomās.

6. pants

Līgumslēdzējas Puses veicina tiešu sadarbību kino, audiovizuālās mākslas un multimediju jomā starp abu valstu atbilstošām institūcijām.

Šī sadarbība iekļauj filmu nedēļu organizēšanu, ekspertu un pētnieku apmaiņu, apmācību un sadarbību starp multimediju veidotājiem.

7. pants

Līgumslēdzējas Puses veicina informācijas un publikāciju apmaiņu starp abu valstu kultūras iestādēm.

8. pants

Līgumslēdzējas Puses nodrošina tādu pasākumu veikšanu, kas aizliedz un soda mākslas darbu, dokumentu un citu vēsturisku vai arheoloģisku vērtību nelikumīgu tirdzniecību.

9. pants

Līgumslēdzējas Puses veicina tiešu sadarbību starp abu valstu masu mediju organizācijām, it īpaši starp tām, kas īsteno valstij nozīmīgu darbību.

10. pants

Līgumslēdzējas Puses atbalsta un veicina sadarbību jaunatnes lietu jomā, apmainoties ar informāciju un dokumentiem, lai savstarpēji padziļinātu zināšanas par abu valstu jaunatnes lietām.

Līgumslēdzējas Puses veicina jauniešu kontaktus un tiešu sadarbību starp abu valstu jaunatnes organizācijām.

11. pants

Līgumslēdzējas Puses sekmē sadarbību sporta jomā starp valstiskajām organizācijām, kuras mērķis ir divpusēju sadarbības sporta programmu apstiprināšana.

12. pants

Katra Līgumslēdzēja Puse saskaņā ar savā valstī spēkā esošajiem likumiem un normatīvajiem aktiem garantē otrai Pusei visus iespējamos personu iecelšanas uzturēšanās un izbraukšanas atvieglojumus, kā arī atvieglojumus šī Līguma ietvaros izveidotajām programmām un apmaiņai nepieciešamo materiālu un aparatūras ieviešanai un izvešanai.

13. pants

Līgumslēdzēju Pušu pārstāvji, ja nepieciešams vai pēc vienas Līgumslēdzējas Puses lūguma, rīko jauktās Komisijas tikšanās, lai izvērtētu šī Līguma darbību.

Līgumslēdzēju Pušu pārstāvji vienojas par Jauktās Komisijas darbības principiem.

14. pants

Šis Līgums nekādā veidā neskar esošajos un nākotnē noslēgtajos divpusējos vai daudzpusējos līgumos noteiktās tiesības un pienākumus, kā arī neietekmē Pušu tiesības un pienākumus, kas izriet no šādiem vai citiem starptautiskajiem līgumiem, kuros tās ir vai būs puses.

15. pants

Šis Līgums stājas spēkā dienā, kad ir saņemts pēdējais paziņojums par visu konstitucionālo prasību izpildi, kas nepieciešamas, lai šis Līgums stātos spēkā.

16. pants

Šis Līgums ir spēkā piecus gadus un tiek automātiski pagarināts uz nākamajiem pieciem gadiem, ja neviena no Līgumslēdzējām Pusēm ne vēlāk kā sešus mēnešus pirms tā darbības termiņa izbeigšanās nav rakstiski paziņojusi pa diplomātiskajiem kanāliem par savu nodomu to denonsēt.

Līguma denonsēšanas gadījumā visas apmaiņas programmas, vienošanās vai projekti, kas tiek īstenoti, pamatojoties uz šo Līgumu, ir spēkā līdz to darbības termiņa beigām.

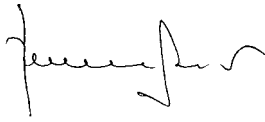
Jebkuras izmaiņas līguma tekstā tiek izdarītas, Līgumslēdzējām Pusēm par to rakstveidā vienojoties, un stājas spēkā tādā pašā kārtībā kā minēts saskaņā ar šī Līguma 15. pantu.

To apliecinot, apakšā parakstījušās personas ir pilnvarotas parakstīt šo Līgumu.

Parakstīts Lisabonā 2000, gada 17 oktobrē divos oriģināleksemplāros portugāļu, latviešu un angļu valodā,

turklāt visi teksti ir vienlīdz autentiski. Līguma atšķirīgas interpretācijas gadījumā noteicošais ir teksts angļu valodā.

Portugāles Republikas Vārdā:



Latvijas Republikas Vārdā:



AGREEMENT BETWEEN THE PORTUGUESE REPUBLIC AND THE REPUBLIC OF LATVIA ON CO-OPERATION IN THE FIELDS OF EDUCATION, CULTURE AND SCIENCE AND TECHNOLOGY.

The Portuguese Republic and the Republic of Latvia hereinafter referred to as «the Contracting Parties»:

Desiring to develop co-operation between their two countries in the fields of education, culture, science and technology, youth and sports;

Being convinced that exchanges and co-operation in the fields of education, culture, science and technology, youth and sports as well as in other fields contribute to a better mutual knowledge and understanding between the Portuguese and Latvian people;

Resolved to respect the principles of the Helsinki Final Act of the Conference on Security and Co-operation in Europe concluded on 1 August 1975 and the Paris Charter for a New Europe adopted on 21 November 1990;

have agreed as follows:

Article 1

The Contracting Parties, guided by the principles of equality and mutual benefit, shall encourage and facilitate exchanges and co-operation between the two countries in the fields of education, culture, science and technology, youth and sports and provide appropriate opportunities for contacts and joint activities among the organisations, institutions and persons active in these fields.

Article 2

The Contracting Parties shall promote the development of relations between their two countries in the field of education by:

- a) Encouraging and facilitating direct co-operation, contacts and exchanges between people, institutions and organisations concerned with education in the two countries as well as the mutual knowledge of both systems of education;
- b) Encouraging and facilitating co-operation and exchanges in teaching methods, curricula development and examinations;

- c) Exchanging information and documentation as well as pedagogical and educational methodology materials;
- d) Studying the possibilities for reciprocal recognition of certificates, qualifications, university degrees and academic titles.

Article 3

The Contracting Parties shall encourage co-operation in the fields of science and technology development and shall promote the conclusion of direct agreements on co-operation in the fields of science, technology and research between appropriate organisations and institutions of both countries.

Article 4

The Contracting Parties shall provide scholarships and promote other means to facilitate study and research.

Article 5

The Contracting Parties shall encourage and facilitate direct contacts in the fields of literature, visual arts, performing arts, libraries and archives, museums and in other cultural areas.

Article 6

The Contracting Parties shall encourage direct co-operation in the field of cinema, audio-visual and multimedia between the correspondent institutions of the two countries.

This co-operation shall include namely organisation of film weeks, interchange of experts and researchers, training, and collaboration between multimedia producers.

Article 7

The Contracting Parties shall encourage the exchange of information and publications among cultural institutions of the two countries.

Article 8

The Contracting Parties shall ensure that measures to prohibit and punish illegal trafficking in works of art, documents and other objects of historic or archaeological value are adopted.

Article 9

The Contracting Parties shall encourage direct co-operation between mass media organisations in the two countries, in particular those which follow public service missions.

Article 10

The Contracting Parties shall support and encourage co-operation in the youth area, namely by the exchange of information and documentation, with the aim of deep-

ening the knowledge of the youth realities in the two countries.

Both parties shall encourage contacts between young people and direct cooperation between youth organisations of the two countries.

Article 11

The Contracting Parties shall promote co-operation in the field of sports between government organisations with the aim of approving bilateral sporting co-operation programs.

Article 12

Within the terms of the laws and regulations in force in its territory, each Contracting Party shall grant to the other every reasonable facility for the entry, stay and departure of persons, and for the importation and subsequent reexportation of the material and equipment necessary for carrying out the programmes or exchanges which may be established in accordance with this Agreement.

Article 13

Representatives of the Contracting Parties shall, whenever necessary or at request of either Party, meet as mixed commission to review developments relating to this Agreement.

Representatives of the Contracting Parties shall agree on the principles of the mixed commission's work.

Article 14

This Agreement shall not in any way prejudice the rights and obligations of existing and future bilateral or multilateral agreements and shall have no effect on the rights and obligations of the Parties derived from such agreements or other international agreements to which they may or will be a party.

Article 15

This Agreement shall enter into force at the date of the last notification of the accomplishment of each Party's constitutional requirements.

Article 16

This Agreement shall remain in force for a period of five years. It shall there after be automatically renewed for a successive period of five years unless denounced in writing through the diplomatic channels by either Party six months prior to the expiry of any one period.

In case of denunciation of this Agreement each programme of exchange, understanding or project initiated on the basis of this Agreement and still in progress shall remain valid until its completion.

Each Contracting Party may request in writing amendment of all or parts of this Agreement. Any amendment that has been agreed to by the Contracting Parties shall enter into force in accordance with article 15 of the present Agreement.

In witness whereof the undersigned, being duly authorised, have signed this Agreement.

Done in duplicate in Lisbon on 17th October of 2000 in the Portuguese, Latvian and English languages, all

texts being equally authentic. In case of any divergence of interpretation, the English text shall prevail.

For the Portuguese Republic:

For the Republic of Latvia:

MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE

Decreto-Lei n.º 190/2002

de 5 de Setembro

O Decreto-Lei n.º 140/2002, de 20 de Maio, alterou os limites da zona de protecção especial do estuário do Tejo (ZPE do estuário do Tejo), criada pelo Decreto-Lei n.º 280/94, de 5 de Novembro.

Aquele diploma invocou para essa redefinição dos limites da ZPE, designadamente a integração na mesma de áreas que, naquela data, pelas suas características ou ocupação, não apresentavam relevância para a protecção do património avifaunístico.

No entanto, a observância do princípio da precaução e a necessidade de assegurar o correcto cumprimento das obrigações decorrentes dos compromissos que Portugal assumiu perante a Comissão Europeia e do disposto, nomeadamente, na Directiva do Conselho n.º 79/409/CEE, de 2 de Abril (Directiva Aves), aconselham, nesta fase, a uma cuidada reponderação da necessidade de se alterarem os limites da ZPE do estuário do Tejo conforme fixados no Decreto-Lei n.º 140/2002, de 20 de Maio, devendo ouvir-se previamente aquela instituição europeia.

Além disso, e em cumprimento do disposto na Resolução da Assembleia da República n.º 69/99, de 17 de Agosto, será também promovida a audição das organizações não governamentais de ambiente e ainda das autarquias locais envolvidas e do Instituto da Conservação da Natureza.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Suspensão da vigência do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 140/2002, de 20 de Maio

É suspensa a vigência do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 140/2002, de 20 de Maio, ripristinando-se, no que diz respeito à fixação dos limites da zona de protecção especial do estuário do Tejo, a norma constante do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 51/95, de 20 de Março, com as alterações que lhe foram dadas pelo Decreto-Lei n.º 46/97, de 24 de Fevereiro.